

Resumo 10: Por que cresce a defesa da soberania alimentar diante da segurança alimentar - Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Alessandro Venciguerra, Marcio Rezende e Priscila de Almeida

A noção de “**segurança alimentar**” emerge no período após a segunda guerra mundial com vistas ao controle sobre o abastecimento alimentar. Portanto, “segurança alimentar” é de fato em sua origem associada a terminologia militar.

Segurança Alimentar na Europa

No período de pós-guerra, na Europa, a Política Agrícola Comum (PAC) estabelece os propósitos de segurança alimentar, consistindo em assegurar o abastecimento de mercados e administração estratégica de estoques. O ponto central da política com foco na segurança alimentar foi, portanto, de garantir uma vasta oferta de produtos a preços reduzidos, mantendo uma remuneração considerada adequada aos agricultores.

Esses últimos deveriam se modernizar a fim de constituir empresas familiares, equipadas e produtivas, adaptadas ao modelo concebido de uma agricultura familiar moderna. Objetivos de autossuficiência alimentar das políticas de segurança alimentar foram logo alcançados na Europa devido à orientação produtivista da modernização agrícola. Porém, esta última passa a ser cada vez mais contestada por seus efeitos em termos de degradação do meio ambiente, excedentes custosos e desaparecimento de explorações familiares marginalizadas.

Segurança Alimentar no Brasil

O termo segurança alimentar no Brasil passa a ser mobilizado na década de 80. Foi com a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), proposta pela oposição ao governo do presidente Collor de Mello, que o termo passa a ser amplamente difundido.

Neste caso brasileiro, segurança alimentar abrange frentes amplas, como o acesso à cidadania, a equidade na distribuição dos alimentos, a reforma agrária e a geração de emprego e renda. Com a deposição de Collor de Mello, o governo Itamar Franco lança uma política nacional de segurança alimentar.

Neste período, a Associação Brasileira Agribusiness (ABAG) apresenta uma proposta produtivista de segurança alimentar. Nesta perspectiva, a oferta de alimentos baratos em abundância basta para assegurar a segurança alimentar. A ABAG leva assim interesses agroindustriais para o debate.

Debate Internacional

Na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma em 1996, a organização Via Campesina (representante dos agricultores camponeses e familiares do planeta) nega-se a assinar o documento final, pois o considerava como muito produtivista. De fato, em nome da segurança alimentar são defendidos tanto a liberalização do comércio internacional de alimentos quanto a proteção das agriculturas locais.

Diante desta ambiguidade, a Via Campesina propõe a noção de soberania alimentar, na medida em que acredita que o acesso ao alimento em quantidade e qualidade não pode se resumir à oferta abundante de alimentos baratos. Sua visão propõe a valorização de agriculturas locais em razão de sua multifuncionalidade. A organização mobiliza igualmente a Declaração Universal dos Direitos dos Homens que define o direito humano à alimentação adequada está associada diretamente a dimensões étnicas e culturais. Portanto, a soberania alimentar se contrapõe a ideia segundo a qual a chave para a segurança

alimentar é o comércio internacional de produtos agrícolas por favorecer a redução dos preços dos alimentos, assegurando assim o direito à alimentação e a segurança alimentar.

Os limites desta concepção são perceptíveis em razão das políticas anti-protetionistas das últimas décadas permitirem o aumento da produção mundial, mas não a redução da fome. Os dados disponibilizados pela FAO revelam que número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou de 850 milhões para um bilhão de pessoas no final da década de 2000.

Soberania alimentar

O direito à soberania alimentar passou a ser difundido em 1996 pela Via Camponesa, com vistas a defender os direitos dos agricultores e camponeses a partir do reconhecimento de sua importância para a produção agrícola e alimentar. As organizações brasileiras próximas à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), defendem portanto a soberania alimentar.

Além destas organizações, o autor Miguel Altieri em defesa da soberania alimentar considera que a crise alimentar de 2008, que mostrou a vulnerabilidade do sistema alimentar em sua missão de fornecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial, foi um resultado direto do modelo industrial da agricultura. Para o autor, a soberania alimentar é a única alternativa possível e viável para o sistema alimentar em colapso.

Neste debate, Gilles Maréchal assinala que a soberania alimentar permite garantir múltiplos serviços ambientais, ligados à qualidade de vida de toda a população, e favorece circuitos curtos alimentares. Outro conceito associado à soberania alimentar é a ecogastronomia. Trata-se de incentivar escolhas gastronômicas que contribuam com a preservação do meio ambiente e com as práticas agroalimentares locais e sazonais, o que é importantíssimo para uma agricultura sustentável.

Marc Dufumier ressalta o quanto são necessárias as proteções da agricultura familiar ou camponesa. O autor menciona que 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no mundo pertencem a famílias agricultoras pobres. Portanto, mais apoio e proteção a este tipo de agricultura permitiria uma maior estabilidade produtiva, superando suas vulnerabilidades alimentares.

Os agricultores familiares podem valer das perspectivas em torno da soberania alimentar por meio de cooperativas. Um grande exemplo bem próximos de nós é a Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro (COOPAMSP), que foi construída por um grupo de agricultores familiares do município de São Pedro/SP, oferecendo vantagens para o escoamento da produção de leite, que é seu principal produto. Ademais, outros alimentos produzidos por estes produtores são comercializados diretamente na feira do produtor local, o que apresenta vários benefícios para agricultores e consumidores.

Referências

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87